



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
Ministério da Terra e Ambiente

Comissão de Revisão da Política Nacional de Terras

REVISÃO DA POLITICA NACIONAL DE TERRAS E QUADRO LEGAL


PROCESSO E METODOLOGIA DE AUSCULATAÇÃO PÚBLICA

CENÁRIO COVID-19




ESTRUTURA DA APRESENTAÇÃO

- 1. Cronologia do processo de revisão.**
- 2. Criação e composição da Comissão.**
- 3. Lançamento do Processo de auscultação pública.**
- 4. Principais áreas temáticas.**




CRONOLOGIA DO PROCESSO DE REVISÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE TERRAS E QUADRO LEGAL ⁽¹⁾

- ❑ **2008** – Conferência de celebração dos 10 anos da Lei de terras que aprecia o quadro legal e identifica necessidade de ajustamentos;
- ❑ **2010** – Criação do **Fórum de Consulta sobre Terras (FCT)** por Decreto do Conselho de Ministros como órgão de consulta em matéria de terras;
- ❑ **2015** – Criação do **Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural** como reconhecimento do executivo da necessidade de autonomização institucional na administração e gestão da terra.



CRONOLOGIA DO PROCESSO DE REVISÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE TERRAS E QUADRO LEGAL (2)

- ❑ **2017** – Realização da **IX Sessão do FCT** que valida os consensos de todos os segmentos da sociedade, representados sobre a necessidade de ajustamentos e adequação do quadro político legal sobre terras;
- ❑ **2017** – **SEXA** o Presidente da República, Filipe Jacinto Nyusi, **lança o processo de Revisão da Política Nacional de Terras e quadro legal** e fixa directrizes de revisão.



CRONOLOGIA DO PROCESSO DE REVISÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE TERRAS E QUADRO LEGAL (3)

- ❑ **2018** – Criação do **Comissão de Revisão da Política Nacional de Terras (CRPNT)**, por Diploma Ministerial do então MITADER, como órgão técnico multidisciplinar responsável pela condução técnica e metodológica do processo;
- ❑ **2018** – Realização de estudos sobre algumas das principais áreas temáticas de revisão e identificação de quadros técnicos multidisciplinares para integrar a Comissão;

CRONOLOGIA DO PROCESSO DE REVISÃO DA POLITICA NACIONAL DE TERRAS E QUADRO LEGAL (4)

- ❑ **2020** – É criado o **Ministério da Terra e Ambiente** que tem como parte das suas atribuições e competências a elaboração de propostas de políticas e de legislação nos domínios da administração e gestão da terra;
- ❑ **2020** – Nomeação de **quadros técnicos integrantes** da Comissão por Despacho Ministerial e definição dos Termos de referência da CRPNT, incluindo sua articulação com o FCT;
- ❑ **2020** – 16 de Julho 2020, SEXA Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República, **Lançamento oficial do Processo Auscultação Pública sobre a Revisão da PNT e Quadro Regulador.**

DIRECTIVAS DA REFORMA

Sua Excelência
FILIPE JACINTO
NYUSI

PRESIDENTE DA
REPÚBLICA

CONTEÚDO DA REFORMA

- 1) Respeito pelo princípio da **Propriedade do Estado sobre a terra** e outros recursos naturais;
- 2) Todos os **moçambicanos têm direito de acesso à terra**;
- 3) Os **direitos adquiridos** pelas famílias e comunidades locais deverão sempre ser protegidos;
- 4) Respeito e promoção dos **direitos da mulher no acesso à terras** e aos outros recursos naturais básicos de subsistência.


PROCESSO DE AUSCULTAÇÃO E RESULTADOS

- **A metodologia de auscultação deve ser transparente e inclusiva para conferir maior legitimidade a legislação resultante;**
- Os moçambicanos devem participar de forma activa, patriótica, e com criatividade na busca das soluções;
- **Um PROCESSO DO POVO PARA O POVO**
- Observância das recomendações do sector de Saúde na realização dos encontros para evitar a propagação do novo coronavírus.



TEMAS E QUESTÕES

Grandes grupos de questões de
política e legislação



CINCO GRANDES
TEMAS DE
POLÍTICA E
LEGISLAÇÃO DE
TERRAS E
OUTROS
RECURSOS
NATURAIS

Áreas temáticas identificadas:

- I. Consolidação de direitos fundiários;
- II. Terra e desenvolvimento sustentável;**
- III. Terra e outros recursos naturais e sobrevivência das famílias;
- IV. Instituições de terras;**
- V. Quadro institucional de administração de terras.

Tema I: CONSOLIDAÇÃO DE DIREITOS FUNDIÁRIOS

(Estado, terra e cidadãos/comunidades)

- 1. Papel do Estado na administração e gestão da terra;**
- 2. Conteúdo e natureza do DUAT (direitos e deveres dos titulares);**
- 3. Segurança, previsibilidade e flexibilidade jurídicas do DUAT;**
- 4. Transmissibilidade do DUAT: mercado de terras não regulado, dúbio papel do Estado: total ausência vs. excessiva intervenção;**
- 5. Noção de comunidade local e de terras comunitárias;**
- 6. Terras livres (terrenos vagos): terras comunitárias;**
- 7. Mecanismos de representação e atuação próprias da Comunidade local;**
- 8. Participação comunitária da gestão da terra e outros recursos;**
- 9. Normas e práticas costumeiras vs. normas e práticas do direito formal.**

Tema II: TERRA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

(Fundo Estatal de Terras, usos sociais, valor da terra, capital natural)

- 1. Regulamentação do Fundo Estatal de Terras: Estado como garante, inventário e cadastro;**
- 2. Papel do ordenamento do território na alocação de terras;**
- 3. Uso planificado da terra: bem patrimonial esgotável vs. mudanças climáticas (capital natural);**
- 4. Desenvolvimento (rural) e usos sociais da terra e recursos naturais, resiliência (capital natural);**
- 5. Terra para todos os moçambicanos vs. terras ociosas (da ordem de milhões de hectares);**
- 6. Papel do Estado (autoridade central) vs. municípios e comunidades locais;**
- 7. Classificação de terras: 1) regime de ocupação, 2) usos económico-sociais, 3) ecológica;**
- 8. Valor da terra: mecanismo de valoração de terras e integração nas Contas Nacionais (anuais);**
- 9. Reservas, terras dominiais (Estado, autárquico, comunitário);**
- 10. Promoção do investimento privado com base na terra e nos outros recursos naturais: valorização da terra e especulação de terras;**
- 11. Taxas de terras: açambarcamento de terras e contribuição para OE, províncias, distritos e comunidades e;**
- 12. Lei de terras vs. Leis: Florestas e Fauna Bravia, Minas, Petróleo e Gás, Conservação, Águas, Turismo....**

Tema III: TERRA E SOBREVIVÊNCIA DAS FAMÍLIAS

(Sustentabilidade social, económica e ambiental do campo)

- 1. Regime de acesso e posse da terra vs. Desenvolvimento rural sustentável;**
- 2. Terra e agricultura: acesso privilegiado e protegido de terras para a produção agrícola;**
- 3. Desmatamento comunitário descontrolado (6 a 8 vezes mais que a de exploração madeireira);**
- 4. Contribuição social e gratuidade do uso da terra: tudo gratuito ao nível da comunidade?;**
- 5. Açambarcamento, usurpação de terras e conflitualidade social;**
- 6. Mecanismos de Parcerias Público-Comunidade-Privado (PCP);**
- 7. Investimento e benfeitorias: definição, classificação e valoração e;**
- 8. Impostos e taxas sobre benfeitorias.**

Tema IV: INSTITUIÇÕES DE TERRAS

(organizações, normas, descentralização)

- 1. Cadastro nacional de terras, único desconcentrado/descentralizado (províncias, distritos, municípios);**
- 2. Fiscalização de terras vs. Plano de exploração/Projecto de construção;**
- 3. Autorização provisória vs. definitiva;**
- 4. Revogação do DUAT;**
- 5. Esboço da localização do terreno vs. Demarcação definitiva;**
- 6. Registo Cadastral vs. Registo Predial;**
- 7. Cadastro comunitário/alternativo e;**
- 8. Sistema de Informação geográfica: agrimensura; geodesia; teledetecção; infra-estrutura nacional de dados geo-espaciais única, desconcentrada e descentralizada.**

Tema V: Quadro institucional da administração da terra (autoridade e autonomia técnica, transparência)

- 1. Papel dos diferentes intervenientes na gestão e administração da terra: sectoriais e descentralizado;**
2. Níveis de competências para autorização de DUATs;
- 3. Autoridade técnica nacional de administração e gestão de terras vs. transparência;**
4. Flexibilização do processo de titulação de DUAT;
- 5. Acesso pelo público a informação cadastral Reassentamentos e;**
- 6. Resolução de conflitos e papel dos tribunais judiciais e administrativos.**



**MUITO
OBRIGADO!**

